

A Questão Agrária nas Américas: Brasil e Argentina em debate.

Dias, Cristiane y Martini, Vanderlei.

Cita:

Dias, Cristiane y Martini, Vanderlei (2017). *A Questão Agrária nas Américas: Brasil e Argentina em debate. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-019/234>

A Questão Agrária nas Américas: Brasil e Argentina em debate¹

DIAS, Cristiane - CEPPAC/UNB/Brasil

MARTINI, Vanderlei – UNB/Brasil

Buscamos entender como as transformações ocorridas no campo nas Américas se deram no contexto de desenvolvimento econômico dependente e subordinado. Partimos desta perspectiva para estudar argumentos e formas basilares da dominação política, econômica e cultural de uma fração de classe economicamente dominante – a classe capitalista no campo. Pretendemos desvelar que as contradições do agronegócio na Américas, com ênfase o Brasil, compõem uma lógica capitalista dependente de desenvolvimento. Tendo como pressuposto que o avanço do capitalismo no campo brasileiro é parte constituinte de um todo: do desenvolvimento capitalista mundial, Como estas questões relacionam-se com o a realidade do campo nas Américas?

PALAVRAS CHAVES: QUESTÃO AGRÁRIA; DEPENDÊNCIA; AMÉRICAS

Introdução

Este texto traz brevemente no âmbito das ciências sociais e humanas o debate das questões centrais da realidade latino-americana. A questão agrária nas Américas insere-se no debate histórico da construção de uma teoria social ou um pensamento social crítico latino-americano. Tendo como centro do debate o Brasil e o avanço desenfreado do agronegócio no campo em relação com os países da América Latina. Pretende-se abordar alguns elementos que possibilitem desvelar algumas das contradições deste modo particular de produção do capital denominado agronegócio.

Tendo como pressuposto que o avanço do capitalismo no campo é parte constituinte de um todo: do desenvolvimento capitalista mundial. Queremos apresentar brevemente as formas de mistificação que possibilitam a livre atividade do agronegócio e, se há distorção entre o discurso apresentado por esta fração do capital e a sua prática produtiva.

Com a crise capitalista nos países centrais a partir de 1929, e com ela a desorganização do mercado mundial, possibilita na América Latina um processo de industrialização, de criação de um mercado interno e de relações comerciais entre os países da região. Este cenário econômico acentua-se nas décadas de 1950-1960, auge

¹ Trabalho elaborado para publicar en actas. XVI Jornadas Interescuelas /Departamento de História.

desse processo de industrialização em nosso continente, o que transforma economias hegemonicamente rurais em economias urbanas em processo de industrialização. O deslocamento do eixo de acumulação do campo para a indústria será conduzido em nosso continente de forma subordinada aos grandes centros mundiais e com forte intervenção estatal.

Ao passo que caminhávamos para o estabelecimento de bases societárias urbanas e industriais e de uma aproximação comercial entre os países latino-americanos, estas relações comerciais e políticas possibilitaram a emergência de um conceito autônomo de latino-americanismo, desvinculado das formulações pejorativas oriundas dos grandes centros mundiais.

As alterações produzidas pelo novo padrão de desenvolvimento capitalista introduzem mudanças na consciência, na luta de classes e na solidariedade das classes operárias. É nesse período que se expressam as possibilidades de lutas e de resistências. É o cenário do nacional-desenvolvimentismo; é o período que o “moderno” se propunha sobre o “arcaico”; é o tempo da possibilidade do desenvolvimento e da modernização.

A urbanização e a industrialização são marcas da sociedade capitalista. Nestas sociedades o Estado, de um lado, atende os interesses do capital, e de outro uma parcela mínima das reivindicações da classe trabalhadora. O governo e o Estado com seus aparatos legalmente constituídos reprimiam os trabalhadores, mas precisavam ceder, atendendo algumas das suas reivindicações. Inúmeras vezes o Estado e os governos reprimiram as organizações da cidade e do campo, mas no limite concederam, de forma paliativa, direitos sociais ou políticos às massas trabalhadoras, na intenção de evitar conflitos ou o avanço das lutas.

Em um contexto histórico de grande complexidade, que teve, dentre outros fenômenos sociais, a ascendência das lutas do movimento estudantil, dos movimentos camponeses, das greves operárias etc. Esta complexidade pode ser observada em Oliveira (2003, p.14);

A passagem dos anos 1950 e 1960 revelaram tempos de euforia desenvolvimentista, de acelerada politização da sociedade, de amplos debates sobre a eficácia revolucionária da arte, de explosões de reivindicações dos trabalhadores, de sonhos como o de Sierra Maestra que nos livrasse do imperialismo, do latifúndio e da miséria.

Havia uma efervescência de lutas no mundo inteiro, apogeu do movimento estudantil, amplas lutas e novos atores sociais, atuação do movimento negro nos EUA, ascensão do movimento operário na Europa, lutas de libertação nacional na Argélia e

Vietnã, entre outras. Na América Latina estas lutas se apresentavam como anti-imperialistas.

Assim nos centros urbanos, em geral, surgiam movimentos constituídos por trabalhadores do campo e da cidade que não se submetiam às precárias condições de trabalho. Período marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação das lutas de classes, onde operários e camponeses se encontravam.

O embate entre as forças populares e o braço antidemocrático do Estado, desencadeou o surgimento e a potencialidade do movimento operário, da resistência dos movimentos sociais urbanos e da rebeldia dos movimentos estudantis.

Para Florestan Fernandes (2005, p.374) no caso especificamente do Brasil, vivia-se uma situação potencialmente pré-revolucionária:

A adaptação da dominação burguesa às condições históricas emergentes, impostas pela industrialização intensiva, pela metropolização dos grandes centros humanos e pela eclosão do capitalismo monopolista, processou-se mediante a multiplicação e a exacerbação de conflitos e de antagonismos sociais, que desgastavam, enfraqueciam cronicamente ou punham em risco o poder burguês. Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século à “revolução institucional” de 1964, a um constante processo de erosão intestinal.

Assim, pode-se dizer que o golpe militar foi um golpe preventivo, uma “Contra-Revolução Burguesa”. Para Florestan Fernandes (2005) a ditadura burguesa foi produto, resultado, de uma política preventiva contrarrevolucionária orquestrada de fora, em conjunção com as burguesias internas. Uma contrarrevolução que deveria impedir os processos revolucionários e possibilitar a modernização dependente, ou seja, a defesa intransigente da regeneração dos costumes e da estabilidade da ordem.

A força desta argumentação se insere na sequência de golpes e ditaduras militares que estavam ocorrendo na América Latina; na Guatemala e Paraguai– 1954, no Brasil 1964, na Bolívia em 1965; na Argentina – 1966/1976, na República Dominicana em 1968, no Perú em 1973, no Chile e Uruguai em 1973 etc. Somados no conjunto deixaram patente que o movimento autocrático burguês constitui uma alternativa que conta com reforço externo bastante forte e estável.

No Brasil o estilo de transformação política constituiu-se de uma composição civil-militar, com atuação militar direta no gerenciamento das ações. O golpe destaca a articulação das classes dominantes do país em torno de um objetivo primordial;

(...) o de consolidar a dominação burguesa (em nome da defesa do *sistema da iniciativa privada* e do monopólio do poder pelos “setores esclarecidos” das classes dominantes) (...) A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação política econômica sob a égide do Estado, foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade” (...) é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo (Fernandes, 2005, p. 256-7)

O Brasil com a ditadura civil-militar que se instaura em 1964, viveu um processo de modernização conservadora que teve como característica a industrialização, a urbanização acelerada e a modernização do Estado brasileiro, inclusive com expansão de políticas sociais centralizadas nacionalmente.

O Estado assumiu a função de primeiro repassar renda da sociedade para os monopólios e, em segundo, de mediar conflitos setoriais e intersetoriais, sempre em benefício dos interesses imperialistas. A burguesia reagira de maneira predominantemente reacionária, conservadora e antidemocrática.

O elemento ou dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar (Fernandes, 2005, p.233)

Segundo José Paulo Netto (2009, p.29), os setores burgueses resolveram seus dilemas deslocando-se para o campo da antidemocracia:

Tal deslocamento, como ocorreu em Abril de 1964, implicou, em relação ao passado recente da formação social brasileira, um movimento simultaneamente de continuidade e ruptura. A continuidade expressa-se no resgate, que já indicamos, das *piores* tradições de nossa sociedade – a heteronomia e a exclusão, bem como as soluções “pelo alto” -; consiste, especialmente, no reforçamento do papel peculiar do Estado, que se situa como espaço privilegiado para o trânsito e o confronto dos interesses econômicos-sociais em enfrentamento.

Este Estado antinacional - a *heteronomia* - e antidemocrático - *privação das mobilizações e das organizações* - foi o elemento coesionador da autocracia burguesa e cumpriu um papel importante de, como já descrito, lançar-se num vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem, solos, portos, etc. Estes elementos configuram o quadro novo do regime autocrático burguês: o Brasil se tornava industrializado, mas a reboque dos países centrais.

O Estado autocrático burguês foi um instrumento essencial para induzir a concentração e a centralização capitalistas, promovendo a emergência da oligarquia financeira e efetivando a integração entre os aparatos monopolistas e as instâncias estatais (Netto, 2009, p. 43)

A questão agrária no Brasil: imagem moderna de uma atuação conservadora

O debate sobre o processo de modernização conservadora no campo brasileiro nos de 1950 e 1960, não poderia estar apartado da discussão deste período na América Latina. É neste marco que se dá a irrupção do capitalismo monopolista, o que para Florestan Fernandes representou o aumento da drenagem de populações do campo para as grandes cidades e as metrópoles:

Dada a resistência à reforma agrária e a relutância em universalizar as relações de mercado no campo, incluindo dentro delas, de maneira sistemática, todas as formas de trabalho rural, são evidentes o significado e as implicações da nova transformação capitalista para o mundo agrário brasileiro. (Fernandes, 2005, p.325)

Com a emergência do capitalismo monopolista as mudanças que aqui se processavam vinham camufladas das terminologias “progresso e modernidade”. O capitalismo monopolista eclodiu em nossa economia periférica impondo o “novo”, mas conservando muitos dos elementos “velhos” que aqui já estavam estabelecidos. Aqui se insere de maneira cruel e perversa a dinâmica capitalista que produz o desenvolvimento desigual e o conflito secular entre o capital e o trabalho.

O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o *atual*, ao que vinha de antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar (Fernandes, 2005, p. 314)

Ao examinarmos historicamente o capitalismo no Brasil e na América Latina e o processo de modernização do campo, identifica-se que a modernização aqui imposta se insere no limite da dependência e do subdesenvolvimento. A nossa realidade está marcada pelo subdesenvolvimento, no âmbito do “moderno” se mantém estruturas e processos socioeconômicos “arcaicos” intrínsecos ao modo de produção capitalista. Questões sociais que foram resolvidas pelo capitalismo nos países desenvolvidos, em nossos países não foram superadas e continuam a existir como um problema crônico e latente.

(...) como ocorreu com o capitalismo competitivo, o capitalismo monopolista terá de adaptar-se para coexistir com uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas. Não poderá eliminá-las por completo, pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista - monopolista de desenvolvimento econômico na periferia. Em outras palavras para aninhar-se e crescer nas economias periféricas esse padrão de desenvolvimento capitalista tem de satelitizar

formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas”, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas operam, em relação ao desenvolvimento capitalista-monopolista, como fontes de acumulação originária de capital (Fernandes, 2005, p. 315)

Historicamente as classes sociais no ato de produzir e de se reproduzir criam também as condições objetivas e subjetivas de sua existência as suas relações de sociabilidade forjam cada momento ou situação histórica. Isto também ocorre com os organismos e entidades de classe que a cada transformação social se metamorfoseia em “novos” instrumentos de direção moral e intelectual responsáveis pela organização e difusão da sociabilidade da classe dominante. No campo brasileiro identificamos estas mudanças a partir da análise das transformações na agricultura, assim como das suas entidades de representação patronal ou de classe.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se, de um lado, revoluciona os modos de produzir e as relações sociais, de outro, carrega o passado e não consegue superar a dependência e o subdesenvolvimento. E a modernização da agricultura não foge a esta regra da presença do moderno e do atraso – um dos paradigmas de nossa sociedade. Do ponto de vista das estruturas sociais e de classe, as modificações impressas com o desenvolvimento agrícola propiciaram, ao nível dos dominantes, a emergência de novos atores e uma grande diversidade interna que, longe de eliminar de vez ou de tornar anacrônica as velhas estruturas e processos, a eles se imbricam, por seu lado, novos sujeitos políticos e novos sistemas de dominação e de legitimidade burguesa vão sendo construídos juntamente com velhos atores e estruturas. (Bruno, 1997, p.4)

No âmbito do capitalismo monopolista a modernização da agricultura trouxe em seu bojo a configuração dos complexos agroindustriais e a integração de capitais, bem como, no campo ideológico, a inserção de uma nova retórica de legitimação que procura projetar a imagem de um patronato rural e agroindustrial liberal e progressista, preocupado com as questões sociais e orientando-se segundo modernos padrões de rentabilidade e competitividade.

As empresas, associações patronais, Estado, governo etc., são instituições que organizam e regulam os interesses da burguesia. Estes instrumentos atualmente incorporaram em sua eloquência ou discurso temas gerais que abrangem os debates nacionais e internacionais como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, a ecologia e a segurança alimentar.

Apesar da diversidade que existe entre os proprietários e empresários, tem um elemento coesionador de ambos, a construção de uma identidade social ou uma racionalidade uniformizadora em torno da manutenção do poder e exercício da

dominação. Esta identidade e legitimidade de representação das elites agrárias é construída a partir da defesa conjunta de quatro questões: o imperativo de uma ampliação da organização e da representação que lhes possibilite um maior poder de barganha junto ao Estado e a sociedade; a necessidade de construção de um novo discurso político e ideológico; a prioridade na definição de novas estratégias de política agrícola mais favoráveis aos seus interesses e a defesa absoluta do monopólio fundiário (Bruno, 1997).

A retórica das elites agrárias encontra seus fundamentos na realidade da modernização, uma agricultura transformada, integrada à indústria que respondeu às necessidades do capitalismo no Brasil. O desenvolvimento do capitalismo e a forma de modernização que aqui se processou gestaram o latifundiário capitalista, ou a sua travestida forma de empresa rural.

É na tradição que as classes e grupos dominantes no campo elaboram seu discurso ideológico e suas novas práticas políticas (...) Por traz do termo “produtores e empresários rurais” há uma ofensiva política e ideológica sob novas formas de dominação e de exploração burguesa. Ser moderno significa produzir e reproduzir-se numa sociedade onde a agricultura se encontra cada vez mais subordinada às regras do capital e, neste caso, consiste no desafio de seguir os padrões produtivos da agroindústria, penetrando neste universo de custos e lucros estabelecidos em códigos amplamente valorizados e de produtividade, que tudo justifica, inclusive a improdutividade, a especulação e o monopólio da terra (Bruno, 1997, p. 5-6)

Para Regina Bruno (1997), existe uma lógica que orienta a nova retórica das elites agrárias e esta lógica se estabelece a partir da modernização agrícola e da ascendência de um determinado tipo de patronato rural, de uma tentativa de renovação dos mecanismos de legitimação das estruturas de poder dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e no intuito de ampliar o direito de propriedade e a sua expansão para além dos limites historicamente estabelecidos.

A forma moderna de produção que se inseriu na agricultura uniu as frações de capital: agrário, industrial e financeiro através da integração de capitais. Desta feita o agronegócio atua diretamente com as indústrias à montante e a jusante – armazenadores, distribuidores, transportadores, comerciais, serviços, entidades financeiras, entre outros.

Ao latifúndio improdutivo se sobrepõe agora o termo produtivo, à concentração de terra se sobrepõe atualmente o termo grande lavoura ou monocultivo. O latifúndio deixou de ser o mal da economia e se transformou em reservas permanentes de valor e a produção agroexportadora em salvação para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Para Regina Bruno (1997) a lógica de orientação da classe dominante no campo que utilizava o discurso modernizante da necessidade de superação do atraso e de eliminação dos “resíduos feudais” e do subdesenvolvimento. Deram lugar a uma nova ideologia de “modernidade no campo”, tendo como base os complexos e as cadeias agroindustriais. Empresários e latifundiários, pecuaristas e agricultores, progressistas e conservadores, todos, em uníssono rasgam o verbo e falam em nome da modernização e do progresso. Por trás do fenômeno e das designações modernas tentam dissimular o seu caráter conservador.

(...) As designações latifundiários e empresários são complementares, não opostas, porque ambas inscrevem-se em um mesmo espaço de referências e de significações e ambas englobam a improdutividade e o lucro. Em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos; atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro organiza-se a associação de criadores; atrás das sociedades anônimas decidem clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador (Bruno, 1997, p.11)

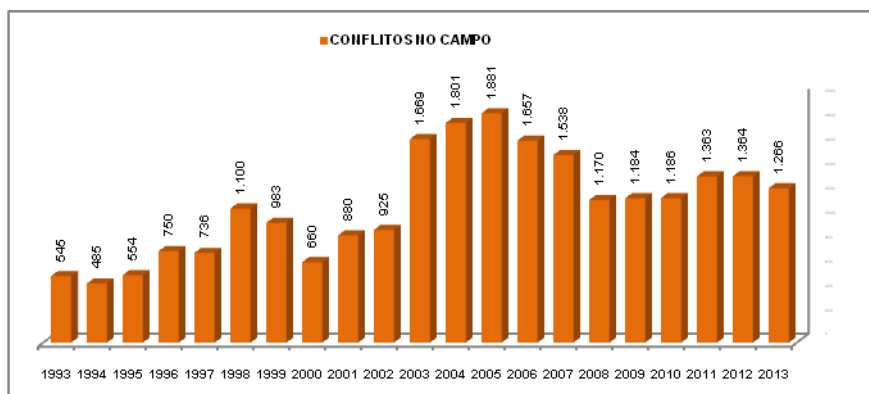
Se avançarmos nesta perspectiva de análise não será difícil visualizarmos nos discursos das principais referências do agronegócio no Brasil a defesa da ordem e da modernidade. Mas em suas propriedades o que vale é a unificação em torno da defesa dos seus interesses, através do uso da violência – capangas, milícias privadas são o braço direito do grande proprietário rural. É preciso garantir o patrimônio e o poder expresso na propriedade privada da terra.

A lógica coronelística da terra como fonte de riqueza, de prestígio e de poder político, econômico e social se mantém. Ao negar a figura fantasmagórica do coronel ela se revela constantemente na prática e na linguagem cotidiana destes comensais dos valores tradicionais, da pompa e dos privilégios hereditários.

Podemos confirmar a autoridade deste argumento quando analisamos os dados dos conflitos e assassinatos no campo. Estes dados provam empiricamente a continuidade de formas arcaicas de violência no campo e seu aprimoramento.

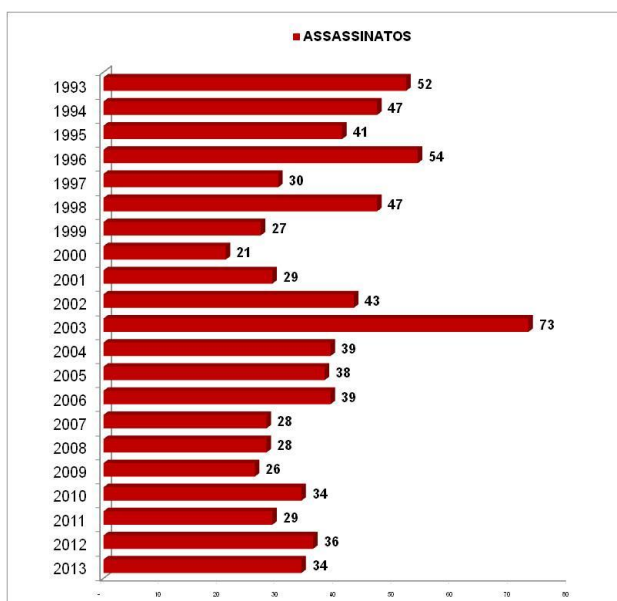
Como podemos observar nos dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, os conflitos no campo seguem uma curva ascendente até 2007, a partir daí tem uma leve queda, mas estabiliza-se numa média que consideramos muito elevada. A título de ilustração o gráfico abaixo demonstra no ano de 1993 o registro de 545 conflitos no campo e em dezembro 2013 o registro de 1.266. O processo de arrefecimento das lutas e da redução do número de ocupações de terra vivenciados entre 2003-2013 levaram a

uma leve diminuição a partir de 2007, mas mantendo-se ainda números expressivos de conflitos no campo.



Fonte: CPT²

A forma brutal em que atuam os aparatos de controle do agronegócio em defesa da propriedade privada da terra resulta em mecanismos de controle social e de demonstração de força no campo. É alarmante o número de assassinatos que tiveram conhecimento da sociedade brasileira através do relatório anual da CPT, que demonstramos no gráfico abaixo.



Fonte: CPT³

Estes assassinatos representam na prática e na barbárie a recusa da reforma agrária como a superação do atraso e o caminho para uma verdadeira modernização do campo brasileiro. A maioria dos mandantes e assassinos de trabalhadores no campo continua impune. Estes são favorecidos pela omissão do Estado - grande responsável

² CPT, 2014, acesso 15/11/2014, 11h34min. www.cptnacional.org.br

³ *Idem*;

pelos crimes -; e pela cumplicidade em que comungam com os criminosos os representantes da justiça brasileira. Estes mandantes e os seus executores quando não são absolvidos, se beneficiam ao longo do julgamento do direito de responder em liberdade.

A violência muitas vezes é escamoteada pela disseminação ideológica do agronegócio como símbolo de modernidade e de superação do atraso. Entre os mecanismos de propaganda e apologia deste modelo de agricultura está a campanha "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo", concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo, veiculada a cada 15 dias, até junho de 2018, segundo a emissora⁴.

A argumentação hegemônica disseminada pelo agronegócio no Brasil através de vários meios de comunicação é o êxito da agricultura industrial submetida às regras do capital, bem como, a noção de propriedade fundiária como terra-ativo financeiro.

A modernidade apregoada pelo agronegócio realiza-se pelo aprofundamento da exploração em que são submetidos os trabalhadores nas lavouras ditas produtivas. A representação do agronegócio através das suas entidades de classe vela as contradições existentes no campo, para que na essência, se materialize a realização do capital no campo.

Esta lógica de expropriação capitalista no campo é explicada pelo campo da geografia como desterritorialização. Argumenta Alentejano (2014), que toda desterritorialização termina em uma nova forma de territorialização, mesmo que na forma mais radical de desterritorialização, como é o caso dos aglomerados de exclusão como os acampamentos de sem terras e de sem tetos, etc. A territorialização do capital no campo expulsa os trabalhadores para ali se instalar e realizar a sua reprodução ampliada através da monocultura da cana, da soja, da pastagem, entre outras. Como afirma Campos (2011, p.185);

(...) quando se territorializa o capital, no caso específico os capitais do agronegócio, se territorializa a relação de exploração do capital sobre o trabalho, porque essa é condição precípua do processo de acumulação capitalista. E essa relação se tornou ainda assimétrica com as políticas neoliberais que ampliaram os benefícios para o capital e dificultaram as condições de reprodução da força de trabalho. Essa assimetria se materializa no território com a exclusão social e a pobreza, que também se territorializam.

⁴Link: www.g1.globo.com/ acesso: 11/04/2017

As relações de trabalho que se estabelecem no campo, entre o empregador e trabalhador mantém e aprofunda um histórico quadro de exploração brutal. As empresas contratantes passam por cima de todos os direitos trabalhistas, normas e leis vigentes. As relações sociais de produção, na agricultura brasileira, com base no trabalho assalariado temporário revelam o desenvolvimento extremamente desigual e a expressiva expropriação que marca a expansão do capitalismo no campo.

A inserção do imenso grupo social na política agrícola não está implícita no funcionamento do mercado ou das funções do Estado. Ao contrário sua exclusão e rejeição pelo capital, sancionada pela política pública, conduzem a uma sistemática e desumana destruição pessoal e social de seus diversos segmentos, compostos por “bóias-frias”, “posseiros”, “parceiros”, “pequenos proprietários”, comunidades silvícolas, etc., num processo surdo e violento de negação dos direitos humanos fundamentais (Delgado, 2013, p.71).

Neste âmbito é revelador a exploração do trabalho e violação dos direitos trabalhistas das empresas instaladas no Brasil. Estas, por sua vez, estão presentes desde o processo colonizador do País. Historicamente estas empresas canavieiras mantiveram os seus índices de produtividade e lucratividade à custa da exploração da força de trabalho nos canaviais. Este tipo de trabalho, o corte de cana, é considerado um dos mais penosos no campo, onde o trabalhador emprega até o limite da sua força e vida para receber um salário por produtividade, onde são obrigados a se exporem às altíssimas temperaturas ou a extensas e desumanas jornadas de trabalho.

O fascículo organizado pela Organização Não Governamental Repórter Brasil em Outubro de 2014: “As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro” a partir do seu Programa “escravo nem pensar”, revela que o Brasil é o maior produtor de açúcar do Mundo 34 milhões de toneladas/ano, é o segundo maior fabricante de etanol do planeta 27.5 bilhões de litros/ano, com um total de 430 usinas de açúcar e álcool. O setor sucroalcooleiro gera 1,2 milhões de empregos diretos sendo desse total 300 mil cortadores de cana.

A pesquisa demonstra que a média de extração por cortador de cana nos anos de 1960 (02 toneladas dia), 1980 (08 toneladas dia) e atualmente (12 toneladas dia). Assim o ritmo imposto ao trabalhador é de uma competição desigual e desumana com a máquina, o que levou a morte de 2004 á 2009 - por esforço excessivo - 23 cortadores de cana. Estudos apontam que a vida útil do cortador de cana é menor que a dos antigos escravos no país.

Conforme dados da pesquisa entre 2003 e 2013, 10.709 trabalhadores foram resgatados da condição de escravos, por fiscais do governo federal. Entende-se por trabalho escravo, o trabalho forçado sob ameaças e violência física ou psicológica, a jornada exaustiva que coloca em risco a integridade física do trabalhador, as condições degradantes de trabalho com alojamentos precários, falta de equipamentos de proteção e alimentação insalubre bem como a servidão por dívida, fabricação de dívidas ilegais referentes a gasto com transporte, alimentos, ferramentas para “prender” o trabalhador (Repórter Brasil, 2014⁵).

As empresas multinacionais altamente lucrativas mancham de sangue o solo brasileiro. A pesquisa retrata que em Outubro de 2011 fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgataram 39 pessoas da lavoura mecanizada de cana - da usina pertencente ao grupo norte-americano Vital Renewable Energy Company (VREC) - submetidos ao regime de escravidão, operadores de colhedoras e motoristas cumpriam até 27 horas seguidas de trabalho. Na usina havia registros de acidentes por esgotamento físico/dormir ao volante.

Figura-se entre as empresas canavieiras fiscalizadas e condenadas pela justiça brasileira uma das associadas da ABAG, a empresa Raízen integrante do grupo brasileiro COSAN e da multinacional Shell.

Em abril de 2014, a Raízen foi condenada em primeira instância pela Vara do Trabalho de São Carlos (SP) a pagar uma indenização de R\$ 7,5 milhões por expor os cortadores de cana a calor excessivo em suas lavouras. A empresa é maior produtora de açúcar e álcool do mundo, formada pelo grupo brasileiro Cosan e pela multinacional Shell. Segundo a decisão, a Raízen não observou as regras contidas na Norma Regulamentadora 15 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece limites de tolerância para exposição ao calor (Repórter Brasil, 2014).

Estas pesquisas comprovam que o “desenvolvimento sustentável” e a garantia dos direitos trabalhistas só estão presentes em seus materiais, sites e portfólios de propaganda produzidos pelas entidades orgânicas do agronegócio, quando partimos da essência aonde se realiza a exploração e produção da mais-valia a realidade se revela nua e crua.

A argumentação recorrente dos setores dominantes é a superação da reforma agrária por melhores condições de trabalho no campo, o que vemos acima com as pesquisas demonstraram que esta argüição é uma falácia. O desenvolvimento para a

⁵ REPÓRTER BRASIL, www.escravonempensar@reporterbrasil.org.br

agricultura segundo a classe dominante no campo esta sendo realizado sem a realização de uma reforma agrária, que para eles já foi superada e ocupa um plano secundário.

A reforma agrária quando não pode ser rechaçada completamente por este setor no campo, é tratada por eles, como uma questão de auxílio social aos excluídos do processo de modernização agrícola, como uma melhoria das relações e condições de trabalho, assim como, de salário. Depreende daí uma tentativa de escamotear o seu elemento histórico fundamental: a redistribuição fundiária. A prioridade da política agrícola visa à total subordinação da política fundiária à política agrícola eliminando a política agrária do seu escopo. Regina Bruno faz a crítica a este discurso que tenta justificar esta exclusão:

não mais existe uma questão agrária no Brasil e a reforma agrária é uma política defasada em relação à nova realidade da agricultura (...) A ociosidade da terra significa apenas um problema de alocação de recursos, cuja responsabilidade recai sobre o Estado. Não existe uma questão agrária no Brasil, porque a propriedade vem cumprindo sua função social e a agricultura ajustou-se, ao longo dos anos, para cumprir a parcela que lhe cabe na economia. Questionar isso, afirmam aquelas elites, seria admitir a completa falência do regime político e da ideologia neoliberal professada por este país (Bruno, 1997, p.22).

Esta argumentação voltada para melhores condições de trabalho cai por terra quando se verifica as consequências do modelo de modernização conservadora e do agronegócio no campo brasileiro. Ambos ao serem aplicados no campo aprofundaram a situação de pauperização do trabalhador rural sem terra e do pequeno agricultor, no seu padrão de vida e de trabalho revela-se a extrema pobreza e violência do processo de expropriação a que estão submetidos. Em algumas regiões do país já é possível identificar um processo de abandono das pequenas propriedades devido à falta de estrutura e de condições de sobrevivência.

Graziano da Silva (1982) discorre que em muitos momentos estes setores utilizaram o discurso que se a Reforma Agrária fosse realmente necessária a mesma já teria sido realizada, pois a estrutura de poder da sociedade não teria sido capaz de barrar tal processo. Para o autor esta é uma falsa questão, porque é o próprio desenvolvimento das forças produtivas que determina, em última instância, a estrutura de poder de uma sociedade; e, no mesmo sentido, são os antagonismos dessa estrutura de poder que direcionam em cada momento histórico o desenvolvimento dessas forças produtivas.

Se num determinado momento as forças que lutavam pela reforma agrária (como rompimento no monopólio da terra, que elimine o latifúndio) foram derrotadas, isso não quer dizer absolutamente que esta não fosse necessária ou não fosse possível. Significa, sim, que aquelas forças foram vencidas, mas

é sintomático que em épocas de crise a questão agrária ressurja, o que significa que o capital não resolveu definitivamente o problema do acesso à terra para milhares de pessoas que dela dependem para sua sobrevivência (Graziano da Silva, 1982, p.42)

Seguindo a linha argumentativa de Bruno (1997), identificamos historicamente que a proposta de Reforma Agrária que aparece timidamente em alguns momentos das falas dos grandes proprietários de terras e empresários agroindustriais é tratada como uma questão de política agrícola sem relação com a posse e ao uso da terra. Esta concepção de reforma deixa evidente que a questão agrária para este setor não se remete ao instituto de propriedade e sim a medidas diretamente relacionadas a melhores condições de crédito, um maior apoio do Estado à agricultura, colonização, uso de tecnologias modernas, infra-estrutura, educação, política de comercialização, qualificação da mão-de-obra e maior competitividade.

A defesa irrestrita do monopólio da propriedade e a concentração fundiária é o elemento fundante da coesão do conjunto das classes e grupos dominantes no campo. A noção de propriedade e a sua defesa incontestes se apresentam como um mantra presente em vários momentos de nossa história. Nas palavras de Francisco de Oliveira (1977), “A concentração de terras e de propriedades esta em nossa gênese foi a forma mercantil implantada pelo Estado português em sua colônia”. Este processo se acentua com a Lei de Terras de 1850 - a instituição da terra como mercadoria - e também com:

a instauração do complexo latifundiário e do complexo agroindustrial. Antecede e se atualiza lado a lado com a instauração do complexo latifundiário e do complexo agroindustrial. Aparece com nova roupagem, em meio à internacionalização da agricultura, a abertura de mercados, a globalização da economia e as novas imposições da acumulação capitalista (Bruno, 1997, p.35).

A concentração da propriedade da terra representa uma das facetas do desenvolvimento do capitalismo no campo: é, em outras palavras, a centralização do capital mediada pela propriedade da terra (...) os índices de concentração da propriedade e da posse da terra, são importantes indicadores do grau de concentração da renda e da riqueza de uma sociedade (Graziano da Silva, 1982, p.112). Assim um dos maiores representantes da ABAG, Roberto Rodrigues deixa claro em seu discurso no Jornal a Folha de São Paulo em 04 de Agosto de 2007 que a reforma agrária esta ultrapassada, comprovando nossa arguição de que a preocupação principal do agronegócio é a defesa da intocabilidade da terra.

Não há sentido mais em fixar índices de produtividade para desapropriar terras para reforma agrária (...) Não se discute se a reforma agrária é

necessária ou não. Mas forçar a barra para arranjar mais terra para isso não parece lógico. Afinal, qual a garantia de que os novos proprietários serão mais produtivos?⁶

A ação conjunta da classe dominante no campo em manter intocável a estrutura fundiária, observa Alentejano (2014), intensifica as desigualdades econômicas e sociais existentes no meio rural brasileiro, e freiam a criação de um padrão de desenvolvimento no meio rural pautado pela equidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental em consonância com a diversidade regional.

Para o autor, reordenar o espaço agrário brasileiro através de uma ampla e massiva reforma agrária é o passo primordial para a construção deste novo padrão de desenvolvimento rural – requisito fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o conjunto do país rompendo com séculos de dependência, miséria e desigualdade. Mas este processo de mudanças jamais será consensual, pois atinge um dos pilares da riqueza e do poder no Brasil.

Guardadas as devidas proporções, o avanço da ciência e da tecnologia no meio rural brasileiro, assinalada como “modernas”, mantém as mesmas condições de dependência e de submissão que consideramos historicamente como relações “arcaicas”. Como comprovamos, por exemplo, com a mecanização da lavoura da cana não se excluiu de fato a escravidão dos trabalhadores.

No que diz respeito às pautas apresentadas pelo Agronegócio aos órgãos governamentais do país é conclusivo que as questões propostas dizem respeito à redução dos direitos trabalhistas - conquistas históricas dos trabalhadores do campo e que visam à restrição da regulação e controle social sobre as terras públicas no Brasil na perspectiva de realocação destas terras no mercado e expandir o domínio do agronegócio.

Brasil e Argentina em debate

E onde estará a nossa confluência? Convergência?

Os caminhos que levaram ao desenvolvimento do agronegócio no Brasil e o seu avanço se voltam para a Argentina. Desde aqui, o setor do capital alocado no campo brasileiro, vem comemorando as políticas adotadas pelo governo argentino como a retirada da “intervenção” estatal à atividade, ou seja, a tributação e os impostos. No entanto a retirada do estado é somente no que se refere à participação nos lucros, através

⁶ www.folha.uol.com.br, Acesso: 15/02/2015, 18:00.

das tributações e impostos, pois no que se refere as dívidas e aos investimentos o estado é o principal fornecedor de recursos.

O movimento dado pelo governo brasileiro e argentino, em reuniões ministeriais e seus planejamentos, prevê ações bilaterais e de cooperação entre os dois países em favorecimento do agronegócio. Figuram entre elas ações conjuntas relativas as questões sanitárias e fitossanitárias, infraestrutura e logística escoamento de produtos agropecuários, bem como, cooperação técnico-científica entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA.

O Grupo Globo - o maior conglomerado de mídia do Brasil e da América Latina, e o principal veículo de propaganda dos projetos e ideologia do agronegócio, sentem-se contemplados e se apressam a divulgar com otimismo as ações governamentais empregadas pelo governo argentino no início de 2016, classificando que: “Revista a política fracassada, ressurgirá uma Argentina mais forte e mais competitiva na produção agropecuária⁷”.

As questões que suscitam nosso debate parte então de questões concretas da realidade latino-americana, que nos unifique enquanto povos e que permitam o estancamento de nossas veias abertas.

E como seguiremos?

Elencamos nesse trabalho formas arcaicas de domínio no campo presentes na atuação do agronegócio, subsumidas em sua imagem de modernidade e progresso na atualidade. Assim como vários elementos de reflexão partindo do contexto histórico brasileiro e da nossa história, como um processo em devir que está latente em todo o continente.

Em nossos estudos teóricos, assim como em nossa prática, compreendemos que não existe conhecimento fora da sociedade e que nós não existimos sem mediação e conhecimento. Vivemos num mundo em que as desigualdades de classe são cada vez mais acentuadas, sendo um desafio para nós pesquisadores trazer elementos que possibilitem a reflexão e intervenção à realidade.

Assim não temos respostas prontas para a problemática apresentada, mas podemos dizer com certeza; onde há opressão e desigualdades existem lutas e

⁷ Link: <http://revistagloborural.globo.com> acesso: 11/04/2017

resistências. E onde há pesquisadores comprometidos com o conhecimento da realidade e com a transformação social não há espaço para a neutralização.

Para que o pensamento crítico ascenda novamente no âmbito acadêmico, é preciso revolucionar as universidades e os seus guetos, ilhados das práticas emancipatórias das forças sociais que lutam para transformar a ordem social (BORON, 2005).

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo. **Concepções de território: uma contribuição a partir da Geografia para pensar a política de desenvolvimento territorial rural**. II Ciclo de Diálogos SDT, Brasília, 2014.

BORON, Atílio. A. **Las ciencias sociales em la era neoliberal: entre la academia y el pensamiento crítico**. Conferencia Magistral pronunciada em el XXV Congreso ALAS (Asociación Latinoamericana de Sociología), Porto Alegre, Brasil, 22 al 26 de agosto de 2005.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites Agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária - UFRRJ, 1997.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Edição Especial, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: 5 ed. Globo, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. **“Dialética da Dependência”**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2010.

NETTO, José Paulo. **ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia de uma re(li)gião. Sudene, nordeste, planejamento e conflito de classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Crítica a razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

REPÓRTER BRASIL. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro.** Edição: Equipe Escravo, nem pensar, São Paulo, Outubro de 2014.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Sítios:

<http://www.abag.com.br>

<http://www.mst.org.br>

<http://www.senado.gov.br>

<http://www.jusbrasil.com.br>

<http://www.política.estadao.com.br>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.escravonempensar@reporterbrasil.org.br>

<http://www.cptnacional.org.br>

<http://www.folha.uol.com.br>

[http:// revistagloborural.globo.com](http://revistagloborural.globo.com)